

**PROCESSO SELETIVO
SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO
DE CONCILIADORES**

NOÇÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA

- Leia o texto abaixo e responda às questões 01 a 04:

Uma história que vem da África

Gana está situado no Golfo da Guiné, entre a Costa do Marfim e o Togo. Sua longa história vem do século IV. Alcançou o apogeu entre 700 e 1200 de nossa era. Naquela época havia tanto ouro que até os cães de raça usavam coleiras e adornos com esse precioso metal. No século XVI Gana foi feita colônia pelos portugueses. E por causa do ouro abundante chamaram-na de Costa do Ouro. Outros, como os traficantes de escravos, denominavam-na também de Costa da Mina.

A pretexto de combater a exportação de escravos para as Américas, a Inglaterra se apoderou desta colônia portuguesa. De início, em 1874, ocupou a costa e, em seguida, em 1895, invadiu todo o território. Gana perdeu assim a liberdade, tornando-se apenas mais uma colônia inglesa.

A população ganense sempre alimentou forte consciência da ancestralidade de sua história e muito orgulho da nobreza de suas tradições religiosas e culturais. Em consequência, foi constante sua oposição a todo tipo de colonização. James Aggrey, considerado um dos precursores do nacionalismo africano e do moderno pan-africanismo, fortaleceu significativamente esse sentimento.

Ele teve grande relevância política como educador de seu povo. Para libertar o país – pensava ele à semelhança de Paulo Freire – precisamos, antes de tudo, libertar a consciência do povo. Ela vem sendo escravizada por ideias e valores antipopulares, introjetados pelos colonizadores.

Com efeito, os colonizadores, para ocultar a violência de sua conquista, impiedosamente desmoralizavam os colonizados. Afirmavam, por exemplo, que os habitantes da Costa do Ouro e de toda a África eram seres inferiores, incultos e bárbaros. O marte lamento era tanto que muitos colonizados acabaram hospedando dentro de si os colonizadores com seus preconceitos.

Infelizmente, a mesma discriminação acontece com os pobres e miseráveis, com as mulheres, os deficientes físicos e mentais, os homossexuais, os portadores do vírus HIV, os hansenianos e todos aqueles que não se enquadram nos modelos preestabelecidos.

– Dominadores, vossa arrogância vos torna cruéis e sem piedade. Ela vos faz etnocêntricos, desmoralizadores e fundamentalistas. Não percebeis que

vos desumanizais a vós mesmos? Repara: onde chegais, fazeis vítimas de toda ordem por conta do caráter discriminador, proselitista e excludente de vossas atitudes e de vosso projeto cultural, religioso, político e econômico que impondes a todo mundo!

Boff, Leonardo. *A águia e a galinha*: uma metáfora da condição humana, 29ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, pp. 15-21 (com adaptações).

1 - No último parágrafo do texto, o autor passa a empregar os pronomes e verbos na segunda pessoa do plural (vós). Com essa estratégia, ele:

- procura impressionar o leitor com um estilo mais formal e rebuscado de linguagem, demonstrando certa erudição;
- pretende causar estranheza no leitor, ao adotar um estilo bastante diferente do que vinha utilizando nos parágrafos anteriores;
- imprime um tom imperioso ao discurso, conferindo-lhe a seriedade de sábias reflexões e mandamentos, numa possível alusão à formalidade das leis e dos ensinamentos bíblicos;
- faz uma crítica aos que detêm o poder sobre os oprimidos, usando ironicamente uma linguagem mais formal que de costume;
- eleva o nível de linguagem para atingir o entendimento de um grupo mais culto, que aprecia essa forma de escrever.

2 - Atente para este fragmento do texto:

“Ele teve grande relevância política como educador de seu povo. Para libertar o país – pensava ele à semelhança de Paulo Freire – precisamos, antes de tudo, libertar a consciência do povo. Ela vem sendo escravizada por ideias e valores antipopulares, introjetados pelos colonizadores.”

No tocante à acentuação gráfica, é correto afirmar que:

- o acento grave presente na locução “à semelhança” é, nesse caso, de emprego facultativo;
- os acentos gráficos dos substantivos “relevância” e “consciência” são empregados por se tratar de palavras eventualmente proparoxítonas;
- o acento da palavra “país” é justificado por se tratar de uma palavra oxítona terminada em “is”;
- o substantivo “ideia”, de forma facultativa, poderia receber o acento agudo (idéia);
- As palavras “relevância” e “política” são, ambas, acidentalmente proparoxítonas.

3 - No trecho "O marte lamento era tanto que muitos colonizados acabaram hospedando dentro de si os colonizadores com seus preconceitos", se tivéssemos de passar o substantivo "lamento" para o plural, a reescrita que respeitaria os padrões de concordância verbal e nominal seria:

- a) Os martes lamentos eram tanto que muitos colonizados acabaram hospedando dentro de si os colonizadores com seus preconceitos;
- b) Os mártires lamentos eram tantos que muitos colonizados acabaram hospedando dentro de si os colonizadores com seus preconceitos;
- c) Os marte lamentos eram tanto que muitos colonizados acabaram hospedando dentro de si os colonizadores com seus preconceitos;
- d) Os martes lamentos eram tantos que muitos colonizados acabaram hospedando dentro de si os colonizadores com seus preconceitos;
- e) Os mártires lamentos eram tanto que muitos colonizados acabaram hospedando dentro de si os colonizadores com seus preconceitos.

4 - Alterando-se a pessoa gramatical do último período do texto, mas mantendo-se, ao mesmo tempo, o paralelismo e a coerência dos termos nominais e verbais flexionados, temos:

- a) Repara: onde chegas, fazes vítimas de toda ordem por conta do caráter discriminador, proselitista e excludente das tuas atitudes e do teu projeto cultural, religioso, político e econômico que impões a todo mundo!;
- b) Reparas: onde chegas, fazes vítimas de toda ordem por conta do caráter discriminador, proselitista e excludente de suas atitudes e de seu projeto cultural, religioso, político e econômico que impõe a todo mundo!;
- c) Repare: onde chegas, fazes vítimas de toda ordem por conta do caráter discriminador, proselitista e excludente de tuas atitudes e de teu projeto cultural, religioso, político e econômico que impões a todo mundo!;
- d) Repares: onde chega, faz vítimas de toda ordem por conta do caráter discriminador, proselitista e excludente de suas atitudes e de seu projeto cultural, religioso, político e econômico que impõe a todo mundo!;
- e) Repareis: onde chegueis, fazeis vítimas de toda ordem por conta do caráter discriminador, proselitista e excludente de vossas atitudes e de vosso projeto

cultural, religioso, político e econômico que impões a todo mundo!.

DIREITO CONSTITUCIONAL

5 - São cláusulas pétreas previstas no artigo 60, § 4º, da Constituição Federal:

- I forma federativa de Estado;
- II forma de governo;
- III direitos e garantias individuais;
- IV voto direto, secreto, universal e periódico;
- V separação dos poderes.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II, III, IV e V
- b) II, III, IV e V apenas
- c) I, III e V apenas.
- d) I, III, IV e IV apenas.
- e) I, IV e V apenas.

6 - Qual dessas pessoas tem legitimidade para propor Ação declaratória de inconstitucionalidade? :

- a) Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- b) Presidente da República;
- c) Presidente do Senado Federal;
- d) Presidente da Câmara dos Deputados;
- e) Prefeito.

7 - A constituição que prevê um processo legislativo mais dificultoso e solene para a sua alteração do que o exigido para alteração das leis infraconstitucionais é classificada como:

- a) Constituição flexível;
- b) Constituição analítica;
- c) Constituição promulgada;
- d) Constituição sociológica;

e) Constituição rígida.

8 - A edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula com efeito vinculante dependerão de decisão tomada por;

a) Três quintos dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária

b) Maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária

c) Maioria relativa dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária

d) Dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária

e) Um terço dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária

DIREITO CIVIL

09 - Segundo o Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil:

a) Apenas os menores de 12 (doze) anos;

b) Apenas os menores de 16 (dezesesseis) anos;

c) Os menores de 16 (dezesesseis) anos; os ébrios habituais e os viciados em tóxico; aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; e os pródigos;

d) As crianças e os adolescentes; os ébrios habituais e os viciados em tóxico; aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; e os pródigos;

e) Os menores de 12 (doze) anos; os ébrios habituais e os viciados em tóxico; aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; e os pródigos.

10 - Sobre negócios jurídicos, assinale a assertiva correta, à luz do Código Civil:

a) A existência do negócio jurídico requer: (i) agente capaz; (ii) objeto lícito, ainda que impossível ou indeterminado; e (iii) forma prescrita ou não defesa em lei;

b) A existência do negócio jurídico requer: (i) agente capaz; (ii) objeto lícito, possível, determinado ou determinável; e (iii) forma prescrita ou não defesa em lei;

c) A validade do negócio jurídico requer: (i) agente capaz; (ii) objeto lícito, ainda que impossível ou indeterminado; e (iii) forma prescrita ou não defesa em lei;

d) A validade do negócio jurídico requer: (i) agente capaz; (ii) objeto lícito, possível, determinado ou determinável; e (iii) forma prescrita ou não defesa em lei;

e) A validade do negócio jurídico requer: (i) agente capaz; (ii) objeto lícito, possível, determinado ou determinável; e (iii) forma não prescrita em lei.

11 - Assinale a alternativa correta sobre usucapião:

a) O usucapião não pode ser arguido como matéria de defesa;

c) Na ação de usucapião, é dispensável a citação pessoal dos confinantes certos;

c) Na ação de usucapião, é dispensável a citação pessoal do possuidor;

d) Os bens públicos não podem ser adquiridos por usucapião;

e) Os bens públicos podem ser adquiridos por usucapião.

12 - Conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não é hipótese geradora de dano moral *in re ipsa*:

a) Agressões físicas e verbais praticadas por adulto contra criança;

b) Atraso de voo;

c) Veiculação de imagem de criança sem autorização do representante legal;

d) Inscrição indevida do nome do consumidor no cadastro de inadimplentes;

e) Publicação não autorizada de imagem de pessoa para fins econômicos ou comerciais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

13 - Sobre o instituto da preclusão, assinale a alternativa incorreta:

a) A preclusão não se confunde com prescrição e com decadência;

b) A preclusão lógica pode ser entendida como a perda da faculdade ou da oportunidade para a prática do atoprocessual haja vista a prática de outro

ato logicamente incompatível com o que era esperado;

c) A preclusão consumativa refere-se à perda da oportunidade ou da faculdade para a prática do ato processual pela prática do próprio ato esperado;

d) A preclusão temporal é prevista expressamente no art. 223 do Código de Processo Civil e trata-se da perda da oportunidade ou da faculdade para a prática do ato processual em virtude do decurso do prazo e inércia do seu titular;

e) A preclusão pro judicato é aquela direcionada ao magistrado, perfazendo a perda da oportunidade de praticar determinado ato processual pelo decurso do prazo legal.

14 - Segundo o que preleciona o Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

a) Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei ao passo que, quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato;

b) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas;

c) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de cinco dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte;

d) O ato praticado antes do termo inicial do prazo será considerado intempestivo;

e) O juiz dirigirá o processo conforme as disposições do Código de Processo Civil, incumbindo-lhe dilatar os prazos processuais.

15 - Assinale a alternativa que esteja em dissonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

a) De acordo com a teoria da aparência, considera-se válida a citação quando, encaminhada ao endereço da pessoa jurídica, é recebida por quem se apresenta como representante legal da empresa, sem ressalvas quanto à inexistência de poderes de representação em juízo;

b) A teoria da aparência também se aplica quando a comunicação for recebida por funcionário da portaria de edifício comercial onde se localizam diversos estabelecimentos empresariais, independentemente de o receptor integrar os quadros da pessoa jurídica;

c) Não é possível considerar válida a citação de pessoa jurídica em seu antigo endereço, cuja

mudança fora comunicada à Junta Comercial, mas sem alteração no sítio eletrônico da empresa;

d) No processo civil, é possível a citação por hora certa que terá lugar quando, por duas vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar. Nesse contexto, havendo suspeita de ocultação, deverá intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar;

e) A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.

16 - Assinale a alternativa correta:

a) Há litispendência quando se repete ação que está em curso ou ação idêntica a outra anteriormente julgada;

b) O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. A distribuição diversa do ônus da prova pode ser determinada pelo juiz, todavia, não pode ocorrer por convenção das partes.

c) Não dependem de prova os fatos notórios, afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária, admitidos no processo como incontroversos, assim como aqueles em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade;

d) As partes têm o direito de empregar todos os meios, desde que expressamente previstos no Código de Processo Civil, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz;

e) O Código de Processo Civil prevê a possibilidade de utilização de prova emprestada, desde que as partes autoras e réus sejam as mesmas.

LEI Nº 8078/90 (DIREITO DO CONSUMIDOR)

17 - Assinale a alternativa incorreta:

a) A depender do caso, o erro grosseiro de carregamento no sistema de preços e a rápida comunicação ao consumidor podem afastar a falha na prestação do serviço e o princípio da vinculação da oferta;

b) A condenação por danos a mercadoria ou carga em transporte aéreo internacional está sujeita aos limites previstos nas convenções e tratados



internacionais, sendo inaplicável o Código de Defesa do Consumidor – CDC;

- c) A ausência de informação relativa ao preço, por si só, caracteriza publicidade enganosa;
- d) É abusiva a publicidade de alimentos direcionada, de forma explícita ou implícita, ao público infantil;
- e) Constitui prática comercial abusiva e propaganda enganosa o lançamento de dois modelos diferentes para o mesmo automóvel, no mesmo ano, ambos anunciados como novo modelo para o próximo ano.

18 - Sobre a responsabilidade pelo fato do produto ou serviço, assinale a alternativa incorreta:

- a) O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado;
- b) O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos;
- c) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa;
- d) O construtor não será responsabilizado quando provar a culpa exclusiva do consumidor, mas não é isento de responsabilidade se o fato decorre de culpa de terceiro;
- e) Equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.

19 - Marque a alternativa correta:

- a) As agências de turismo respondem solidariamente pela má prestação do serviço de transporte aéreo na hipótese de compra e venda de passagens sem a comercialização de pacotes de viagens;
- b) A ausência de condições dignas de acessibilidade de pessoa com deficiência ao interior da aeronave, por si só, não configura má prestação do serviço;
- c) O atraso ou cancelamento de voo pela companhia aérea configura dano moral presumido (*in re ipsa*), sendo desnecessária a demonstração, por parte do passageiro, da ocorrência de lesão extrapatrimonial;
- d) Não é abusiva a cobrança de uma diária completa de 24 horas em hotéis, pois os serviços de limpeza e organização do espaço de repouso estão abrangidos pelo contrato de hospedagem, razão pela qual a

garantia de acesso aos quartos pelo período integral da diária não é razoável nem proporcional;

- e) O provedor de buscas de produtos voltado ao comércio eletrônico que não realiza intermediação entre consumidor e vendedor pode ser responsabilizado por vício de mercadoria ou inadimplemento contratual.

20 - O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

- a) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis;
- b) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis;
- c) noventa dias tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis ou não duráveis;
- d) sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos duráveis;
- e) sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos não duráveis.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21 - Preencha a lacuna da frase: “Competência, finalidade, forma, motivo e objeto são _____ do ato administrativo.”:

- a) atributos;
- b) elementos;
- c) formas de extinção;
- d) Não defeitos;
- e) classificação.

22 - De acordo com a Lei 9.784, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, não podem ser objeto de delegação:

- a) edição de atos de caráter normativo, decisão de recursos administrativos e matérias de competência exclusiva;
- b) edição de atos de caráter informativo, decisão de recursos administrativos e matérias de competência concorrente;
- c) edição de atos de caráter normativo, qualquer decisão administrativa e matérias de competência exclusiva;



d) edição de atos de caráter normativo, qualquer decisão administrativa e matérias de competência concorrente;

e) edição de atos de caráter informativo, qualquer decisão administrativa e matérias de competência concorrente.

23 - João foi condenado por improbidade administrativa porque recebeu dinheiro para tolerar a exploração de jogos de azar em Maceió. De acordo com a Lei 8.429 João pode ter seus direitos políticos suspensos por quanto tempo?

a) 16 anos por ter praticado ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito;

b) 14 anos por ter praticado ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito;

c) 12 anos por ter praticado ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito;

d) 14 anos por ter praticado ato de improbidade que cause prejuízo ao erário;

e) 12 anos por ter praticado ato de improbidade que cause prejuízo ao erário.

24 - Qual é o nome do conceito doutrinário relativo ao procedimento de repartição de competências dentro de uma mesma pessoa jurídica:

a) concessão;

b) descentralização;

c) revogação;

d) permissão;

e) desconcentração.

**DIREITO PENAL (INCLUINDO A LEI DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
CONTRA A MULHER – LEI Nº 11.340/06)**

25 - A Lei Federal nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, protege a mulher contra diversas formas de violência doméstica e familiar, dentre elas as violências física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Marque a alternativa que descreve o conceito de violência psicológica contra a mulher conforme dispõe expressamente a Lei Maria da Penha no seu art. 7º:

a) Qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

b) Qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

c) Qualquer conduta que a reduza a condição análoga à de escravo, quer submetendo-a a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-a a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto;

d) Qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

e) Qualquer conduta de agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo.

26 - Conforme dispõe o art. 89 da Lei Federal nº 9.099/1995, a suspensão condicional do processo, conhecida como sursis processual, é cabível nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano. Nessa hipótese, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão

condicional da pena. Durante o curso da suspensão condicional do processo:

- a) Não correrá a prescrição;
- b) Correrá a prescrição;
- c) A prescrição correrá pela metade;
- d) Não correrá a prescrição, mas depende de pedido do Ministério Público;
- e) Correrá prescrição, mas depende de pedido do Ministério Público.

27 - Assinale a alternativa que não constitui uma causa extintiva da punibilidade descrita no Código Penal:

- a) anistia, graça ou indulto;
- b) retratação do agente, nos casos em que a lei admite;
- c) irretroatividade da lei que não mais considera o fato como criminoso;
- d) morte do agente;
- e) renúncia do direito de queixa ou o perdão aceito, nos crimes de ação penal privada.

28 - As penas restritivas de direitos, conhecidas como penas alternativas, são autônomas e substituem a pena privativa de liberdade. No entanto, para substituição da pena privativa de liberdade por penas alternativas em favor do acusado, o juiz deve observar os seguintes requisitos cumulativos:

- a) I. aplicação de pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos; II. o réu não for reincidente em crime doloso; III. a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente;
- b) I. aplicação de pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos; II. o réu não for reincidente em crime doloso; III. a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente;

c) I. aplicação de pena privativa de liberdade não superior a dois anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos; II. o réu não for reincidente em crime doloso; III. a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente;

d) I. aplicação de pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos; II. o réu for reincidente em crime doloso; III. a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente;

e) I. aplicação de pena privativa de liberdade não superior a dois anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for doloso; II. o réu for reincidente em crime doloso; III. a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

29 - O princípio da imparcialidade determina a necessidade de que o magistrado responsável pelo processo e julgamento de uma demanda não apresente, em relação a si, causas de suspeição e de impedimento, as quais se encontram previstas na lei de regência. Qual das causas de suspeição e de impedimento do juiz, a seguir listadas, aplica-se apenas na seara processual penal, não encontrando correspondência no âmbito do processo civil?

- a) Ser sócio ou administrador de sociedade empresária interessada no processo;
- b) Ser amigo íntimo de alguma das partes;
- c) Já ter proferido decisão no processo em questão em outro grau de jurisdição;
- d) Sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes;
- e) Quando for credor de alguma das partes.



30 - Apesar de o Poder de punir, na seara criminal, ser um monopólio do estado, em algumas hipóteses excepcionais, a legislação brasileira admite que a persecução penal seja promovida mediante ação penal privada. Sobre esse tema, marque a seguir qual das hipóteses descritas NÃO traz uma situação de preempção da ação penal privada:

- a) o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos;
- b) falecendo o querelante, ou sobrevivendo sua incapacidade, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de 60 dias, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo;
- c) o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente;
- d) o querelante deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.
- e) o querelante, ciente da identificação de todos os autores do crime, deixa, de forma consciente e voluntária, de formular a queixa em relação a um deles.

31 - O processo penal possui como principal objetivo limitar o exercício do poder do Estado no que tange à investigação, processo e julgamento de crimes. Para tanto, foram desenvolvidos princípios e regras limitadores da referida atuação ao longo do tempo, nas mais variadas ordens jurídicas, sendo que vários deles foram recepcionados e incorporados pelo ordenamento jurídico brasileiro. Como destaque na jurisprudência e nos debates doutrinários, tem-se a vedação à obrigação de o acusado produzir provas contra si mesmo. A propósito do referido princípio, indique qual das alternativas abaixo NÃO representa um dos seus desdobramentos aceitos no âmbito da jurisprudência dos Tribunais Superiores acerca do tema:

- a) Direito ao silêncio quando de uma prisão em flagrante;
- b) Direito de não ser constrangido a confessar o crime em juízo;
- c) Direito de poder se atribuir uma falsa identidade caso seja abordado por policiais;

d) Desobrigação de dizer a verdade durante o seu interrogatório judicial, desde que não atinja o direito de terceiros;

e) Direito de, durante a fase de instrução processual, não praticar qualquer comportamento ativo que possa incriminá-lo.

32 - Dentre as espécies de prisão em flagrante a seguir indicadas, qual delas é reputada como ILÍCITA pela legislação de regência ou jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) Flagrante próprio;
- b) Flagrante esperado.
- c) Flagrante provocado;
- d) Flagrante presumido;
- e) Flagrante impróprio.

JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

33 - Sobre os Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95):

- a) A competência será determinada pelo lugar em que se produziu o resultado da infração penal;
- b) A citação será por procurador e far-se-á no próprio Juizado, ou por mandado;
- c) Considera-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que lei comine pena máxima não superior a 1 (um) ano, cumulada ou não com multa;
- d) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, formalidade, economia processual e preservação dos direitos fundamentais;
- e) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana.

34 - Refere-se o sursis processual à suspensão:

- a) Condicional da pena;
- b) Do processo por incompetência do juizado especial;
- c) Do processo antes do recebimento da denúncia;

- d) Do processo após o recebimento da denúncia;
- e) Por realização de transação penal com o Ministério Público.

35 - No tocante ao procedimento processual no âmbito dos Juizados Especiais Criminais:

- a) A não aplicação da pena privativa de liberdade não é um dos objetivos da Lei nº 9.099/95;
- b) Os embargos de declaração podem ser interpostos oralmente e interrompem o prazo para interposição de recurso;
- c) Não acarreta renúncia ao direito de queixa ou representação, o qual pode ser manifestado no prazo legal, a composição dos danos civis;
- d) Da sentença de homologação da transação penal não cabe apelação;
- e) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação no prazo de 15 (quinze) dias.

36 - Não é condição descrita pelo §1º do artigo 89 da Lei nº 9.099/95 para o período de prova da suspensão condicional do processo:

- a) Fiança;
- b) Reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;
- c) Proibição de freqüentar determinados lugares;
- d) Proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz.
- e) Comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

LEI Nº 9.099/95 (JUIZADOS ESPECIAIS)

37 - No procedimento do Juizado Especial Cível:

- a) O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, desde que haja vínculo empregatício;
- b) São admitidas as intervenções de terceiro;
- c) Não se admite o litisconsórcio, salvo o necessário;
- d) Poderá o Ministério Público intervir, nos casos previstos em lei.

- e) Os atos processuais serão públicos, mas não poderão realizar-se em horário noturno.

38 - O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

- a) as causas cujo valor exceda a quarenta vezes o salário mínimo;
- b) a ação de despejo para uso próprio;
- c) as ações possessórias sobre bens imóveis com valor até R\$100.000,00 (cem mil reais);
- d) as ações de interdição;
- e) as ações de inventário, cujos bens do espólio não superem o valor de 40 (quarenta) salários mínimos.

39 - Não ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza:

- a) alimentar e falimentar;
- b) fiscal e de interesse da Fazenda Pública;
- c) as relativas a acidentes de trabalho;
- d) as relativas ao estado e capacidade das pessoas;
- e) indenizatória e o acordo extrajudicial, de qualquer natureza ou valor.

40 - No âmbito do Juizado Especial Cível o processo orientar-se-á pelos critérios da:

- a) oralidade, simplicidade, formalidade e identidade física do juiz;
- b) solenidade, liturgia e acesso restrito à jurisdição;
- c) solenidade, linguagem escrita e rigor procedimental;
- d) oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade;
- e) Nenhuma das opções anteriores.

41 - Assinale a alternativa correta:

- a) Os conciliadores e Juizes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de três anos de experiência;
- b) Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público e o Microempendedor Individual;
- c) Os Juizes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais, enquanto no desempenho de suas funções;



d) Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, devendo ser assistidas por advogado;

e) O mandato outorgado ao advogado sempre se dará por escrito, por meio de instrumento de procuração.

42 - Assinale a espécie de citação incabível no âmbito do Juizado Especial Cível:

a) a citação por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria;

b) a citação por mandado, a ser cumprida por oficial de justiça;

c) a citação por edital;

d) a citação por hora certa;

e) nenhuma das alternativas anteriores.

43 - Em relação a audiência de conciliação, marque a alternativa correta:

a) A conciliação será sempre conduzida pelo Juiz togado;

b) Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz togado mediante sentença. Entretanto, a sentença não terá eficácia de título executivo;

c) É cabível a conciliação não presencial conduzida pelo Juizado mediante o emprego dos recursos tecnológicos disponíveis de transmissão de sons e imagens em tempo real, devendo o resultado da tentativa de conciliação ser reduzido a escrito com os anexos pertinentes.

d) Não obtida a conciliação, as partes não poderão optar pelo juízo arbitral.

e) O comparecimento das partes não é obrigatório, mas, constatada a ausência, os litigantes serão remetidos para as vias ordinárias.

44 - Em relação às provas no procedimento regido pela Lei 9.099/95, assinale a alternativa correta:

a) Todos os meios de prova moralmente legítimos, ainda que não especificados em lei, são hábeis para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes, inclusive a prova pericial;

b) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, mas desde que requeridas previamente;

c) O Juiz não pode limitar ou excluir as provas que considerar excessivas, impertinentes ou

protelatórias, já que prevalece a busca pela verdade real;

d) Cada parte poderá requerer a oitiva de no máximo cinco testemunhas;

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

45 - Sobre a sentença prolatada em procedimento que transcorreu no âmbito do Juizado Especial Cível é correto afirmar:

a) A sentença conterá sempre o relatório e mencionará os elementos de convicção do Juiz;

b) Admite-se a sentença condenatória por quantia ilíquida, desde o pedido seja genérico;

c) É eficaz a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida na Lei 9.099/95;

d) Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o Tribunal de Justiça;

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

46 - Marque a alternativa correta:

a) O acesso ao Juizado Especial dependerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas e despesas;

b) A sentença de primeiro grau sempre condenará o vencido em custas e honorários de advogado;

c) Não se admitirá ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído pela Lei 9.099/95.

d) Não será extinto o processo quando apenas for reconhecida a incompetência territorial;

e) Os embargos de declaração somente poderá ser interpostos por escrito.

**LEI Nº 12.153/2009
(JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA)**

47 - Sobre os juizados especiais da Fazenda Pública, pode-se afirmar corretamente que:

a) são órgãos da justiça especializada;

b) têm competência para julgar causas envolvendo bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas;

c) têm competência relativamente;

d) têm competência para julgar as causas que tenham como objeto a impugnação da PENA DE DEMISSÃO imposta a servidores públicos civis ou



SANÇÕES DISCIPLINARES APLICADAS A MILITARES;

e) O sistema dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal é formado pelos Juizados Especiais Cíveis, Juizados Especiais Criminais e Juizados Especiais da Fazenda Pública.

48 - É correto afirmar:

- a) Os entes públicos possuem prazo em dobro para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos;
- b) Por envolver direitos indisponíveis dos entes públicos, não se admite conciliação nos juizados especiais da fazenda pública;
- c) As demandas de competência do juizado da fazenda pública estão sujeitas ao reexame necessário;
- d) O cumprimento do acordo ou da sentença, com trânsito em julgado, que imponham obrigação de fazer, não fazer ou entrega de coisa certa, será efetuado mediante ofício do juiz à autoridade citada para a causa, com cópia da sentença ou do acordo;
- e) Em razão do princípio da celeridade, as demandas processadas e julgadas pelo Juizado da Fazenda Pública não se sujeitam ao pagamento pelo rito dos precatórios.

49 - A respeito da composição do Juizado Especial da Fazenda Pública:

- a) Caberá somente ao juiz leigo ou ao juiz togado ouvir partes e testemunhas;
- b) Os conciliadores e juizes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de 5 (cinco) anos de experiência;
- c) Poderá o conciliador, para fins de encaminhamento da composição amigável, OUVIR AS PARTES E TESTEMUNHAS sobre os contornos fáticos da controvérsia;
- d) Não obtida a conciliação, caberá ao juiz leigo presidir a instrução do processo, não podendo dispensar novos depoimentos;
- e) As Turmas Recursais do Sistema dos Juizados Especiais são compostas por Desembargadores em exercício, na forma da legislação dos Estados e do Distrito Federal, com mandato de 2 (dois) anos, e integradas, preferencialmente, por Desembargadores do Sistema dos Juizados Especiais.

50 - A respeito dos recursos no Juizado Especial da Fazenda Pública:

- a) Caberá PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL;
- b) Quando as Turmas de diferentes Estados derem a lei federal interpretações divergentes, ou quando a decisão proferida estiver em contrariedade com súmula do Supremo Tribunal Federal, o pedido será por este julgado;
- c) Inexiste recurso necessário no sistema dos Juizados Especiais da Fazenda Pública;
- d) Toda e qualquer decisão proferida no âmbito dos Juizados da Fazenda Pública é recorrível mediante agravo de instrumento, se enquadradas nas hipóteses previstas no art. 1.015, do Código de Processo Civil;
- e) da sentença proferida em sede de Juizado Especial da Fazenda Pública é cabível agravo de instrumento.

51 - Sobre a Conciliação é correto afirmar, EXCETO:

- a) A Conciliação é um método utilizado em conflitos mais simples, ou restritos, no qual o terceiro facilitador pode adotar uma posição mais ativa, porém neutra com relação ao conflito e imparcial;
- b) A conciliação pode ser definida como um processo autocompositivo breve no qual as partes ou os interessados são auxiliados por um terceiro, neutro ao conflito, ou por um painel de pessoas sem interesse na causa, para assisti-las, por meio de técnicas adequadas, a chegar a uma solução ou a um acordo;
- c) Na conciliação, o facilitador pode sugerir ou propor a solução para o litígio, podendo atuar com parcialidade buscando defender os interesses da parte que colabora para o acordo;
- d) É uma forma de resolver o problema sem vencedores e vencidos, todos trabalham juntos;
- e) A conciliação é um instrumento efetivo de pacificação social, solução e prevenção de litígios.

52 - Atualmente, com base na política pública preconizada pelo Conselho Nacional de Justiça e consolidada em resoluções e publicações diversas, pode-se afirmar que a conciliação no Poder Judiciário busca:

- a) Utilizar técnicas persuasivas e impositivas ou coercitivas para que as partes alcancem uma solução;
- b) Mecanizar o processo de resolução de disputas;
- c) Descobrir uma solução construtiva para o conflito, com enfoque, tão somente, nas situações passadas, conflituosas entre os envolvidos;
- d) Permitir que as partes sintam-se ouvidas;
- e) Mostrar que o acordo feito é mais importante do que a harmonização social das partes.

53 - Sobre as ondas renovatórias de acesso à justiça é CORRETO afirmar que:

- a) A primeira onda está relacionada com a busca de meios para dar mais eficácia, celeridade e desburocratização ao processo;
- b) A segunda onda diz respeito aos direitos transindividuais a serem defendidos em juízo, com enfoque em defender interesses difusos de forma mais eficaz, econômica e mais célere;
- c) A segunda onda está relacionada com a busca de meios para dar mais eficácia, celeridade e desburocratização ao processo;
- d) A segunda onda está relacionada à assistência judiciária aos hipossuficientes economicamente, que encontram dificuldade em ter acesso à justiça, visto os custos econômicos para dar início a um procedimento jurisdicional;
- e) A terceira onda diz respeito aos direitos transindividuais a serem defendidos em juízo, com enfoque em defender interesses difusos de forma mais eficaz, econômica e mais célere.

54 - De acordo com a Lei Nº 13.140, de 26 de junho de 2015, que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, a mediação será orientada pelos princípios, EXCETO:

- a) Oralidade;
- b) Busca do consenso;
- c) autonomia da vontade das partes;
- d) intervenção mínima;
- e) confidencialidade.

55 - A Resolução Nº 125, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010, que trata sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento

adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, em seu artigo 7º, dispõe que os Tribunais deverão criar, no prazo de 30 dias a contar da publicação desta Resolução, Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, coordenados por magistrados e compostos por magistrados da ativa ou aposentados e servidores. Diante desta afirmação, são atribuições do referido Núcleo, EXCETO:

- a) Instalar Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania que concentrarão a realização das sessões de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, dos órgãos por eles abrangidos;
- b) Incentivar ou promover capacitação, treinamento e atualização permanente de magistrados, servidores, conciliadores e mediadores nos métodos consensuais de solução de conflitos.
- c) criar e manter cadastro de mediadores e conciliadores, de forma a regulamentar o processo de inscrição e de desligamento;
- d) planejar, implementar, manter e aperfeiçoar as ações voltadas ao cumprimento da política e suas metas;
- e) determinar e estabelecer regras para o funcionamento dos Juizados Especiais, uma vez que os Conciliadores são os responsáveis pelas audiências de autocomposição.

56 - Sobre a Teoria Geral do Conflito é CORRETO afirmar que:

- a) É possível identificando as causas do conflito, prover a melhor forma de resolução amigável e buscar a melhor situação para ambos respeitando simultaneamente a vida, a dignidade e o patrimônio;
- b) A possibilidade de se perceber o conflito de forma negativa consiste em uma das principais alterações da chamada moderna teoria do conflito;
- c) Pessoas envolvidas em conflitos não tem uma posição julgadora, costumam não atribuir culpa ou responsabilizar;
- d) A partir do momento que o conflito é visto de forma negativa nas relações humanas, ele poderá ser utilizado com ferramenta para solução de litígios;
- e) O conflito pode ser definido como um processo ou estado em que duas ou mais pessoas divergem em

razão de metas, interesses ou objetivos individuais percebidos como mutuamente compatíveis.

57 - Aponte os componentes ou pilares da Comunicação Não Violenta – CNV:

- a) Observação, sentimentos, necessidades e persuasão;
- b) Declaração, sentimentos, necessidades e pedido;
- c) Observação, sentimentos, necessidades e pedido;
- d) Observação, detalhamento, necessidades e pedido;
- e) Observação, sentimentos, avaliação e pedido.

58 - São estratégias para o desenvolvimento da Comunicação Não Violenta – CNV pelo Conciliador, EXCETO:

- a) Ouvir sem ofender;
- b) Identificar o que está por traz das palavras ou das expressões utilizadas;
- c) Sentir a dor do outro e suas necessidades não atendidas;
- d) Ter resiliência e compaixão;
- e) Agir de forma firme, utilizando o poder da persuasão diante de interlocutores difíceis.

59 - São princípios norteadores da conduta do Conciliador:

- a) Independência, imparcialidade, contenção, confidencialidade e oralidade;
- b) Independência, imparcialidade, autonomia da vontade, confidencialidade e decisão informada;
- c) Independência, imparcialidade, autonomia da vontade, confidencialidade e inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos;
- d) Independência, imparcialidade, autonomia da vontade, confidencialidade e interrupção;
- e) Independência, imparcialidade, autonomia da vontade, juiz natural e oralidade.

60 - De acordo com o CÓDIGO DE ÉTICA DE CONCILIADORES E MEDIADORES JUDICIAIS, encartado na Resolução nº 125/2010 do CNJ, em seu anexo III (Redação dada pela Emenda nº 2, de 08.03.16), são regras que regem o procedimento de conciliação/mediação, EXCETO:

a) Informação - dever de esclarecer os envolvidos sobre o método de trabalho a ser empregado, apresentando-o de forma completa, clara e precisa;

b) Ausência de obrigação de resultado - dever de não forçar um acordo e de não tomar decisões pelos envolvidos, podendo, quando muito, no caso da conciliação, criar opções, que podem ou não ser acolhidas por eles;

c) Compreensão quanto à conciliação e à mediação - Dever de assegurar que os envolvidos, ao chegarem a um acordo, compreendam perfeitamente suas disposições, que devem ser exequíveis, gerando o comprometimento com seu cumprimento;

d) Operabilidade - simplicidade dos institutos jurídicos e maior efetividade das decisões, viabilizando o cumprimento e inserindo algumas normas chamadas “abertas”, que possibilita uma ampla interpretação, sem restrição da Lei;

e) Desvinculação da profissão de origem - dever de esclarecer aos envolvidos que atuam desvinculados de sua profissão de origem, informando que, caso seja necessária orientação ou aconselhamento afetos a qualquer área do conhecimento poderá ser convocado para a sessão o profissional respectivo, desde que com o consentimento de todos.

